

Ciberespaço e os novos movimentos sociais¹

Luz Mariana Blet - IFRJ²

Tiago Monteiro - LACE - IFRJ³

Resumo: Este artigo abordará os movimentos sociais contemporâneos, focando as manifestações ocorridas no Brasil, iniciadas em junho de 2013 e analisará o processo de convergência e divergência entre as mídias tradicionais e as novas mídias na cobertura dos protestos. Para buscar aprofundamento no assunto, serão consultados autores abordando conceitos de cultura de massa, novas mídias, cultura da convergência, cibercultura, movimentos sociais e discurso. Serão utilizados como procedimentos metodológicos para esta pesquisa o método exploratório e pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa.

Palavras - Chave : Movimentos Sociais; Comunicação de Massa; Novas Mídias.

Em junho de 2013 o Brasil viu iniciar um processo de manifestações populares por todo o país, que ficaram posteriormente conhecidas como Jornadas de Junho, impulsionadas pelo aumento das tarifas no transporte coletivo nas principais capitais e propagadas por meio das redes sociais, que se estenderam até o final do ano.

As manifestações organizadas pelo Movimento Passe Livre vinham ocorrendo no Brasil desde 2003 e concentravam-se na insatisfação com aumento das tarifas. Estas manifestações anteriores possuíam um número relativamente pequeno de adesões, se comparado ao que foi visto a partir de junho.

Mas, o que começou com a insatisfação pelo preço das tarifas ganhou, em junho, proporções muito maiores, favorecido pelo contexto em que o país se encontrava. Gastos milionários com a Copa do Mundo, corrupção na política, violência do Estado, desrespeito às liberdades individuais, insatisfação com a saúde e educação, todos estes assuntos vinham

¹ Trabalho apresentado ao GT 5 Ciberespaço, sociabilidade e política do III Seminário Fluminense de Sociologia.

² Pós-graduanda em Linguagens Artísticas, Cultura e Educação pelo IFRJ/Nilópolis e Mestranda em Cultura e Territorialidades pela UFF. Luz_marianah@hotmail.com

³ Orientador do Trabalho, professor do LACE - IFRJ/Nilópolis. tiago.monteiro@ifrj.edu.br

perturbando os brasileiros, que se restringiam apenas a manifestar suas insatisfações nas redes sociais.

Este contexto de insatisfação geral da população, aliado às novas formas de utilização das redes sociais e a uma demanda latente na juventude por experimentar novas experiências no cenário político e midiático, que as mídias tradicionais não permitiam, resultou em uma nova forma de interação através das mídias sociais, já presentes no cotidiano desta juventude, agora com fins não apenas de entretenimento, mas de mobilização social.

Estas características configuram uma mudança de paradigmas nos movimentos sociais contemporâneos, onde a tecnologia, a comunicação e o ciberespaço desempenham papel fundamental. A seguir, serão abordados conceitos sobre os novos movimentos sociais e sobre o papel do processo de globalização nestas transformações.

Movimentos sociais contemporâneos

Os movimentos sociais contemporâneos ganham novas características, principalmente em decorrência do processo de globalização. A globalização, conforme Giddens (2000) é um processo de intensificação das relações sociais, com conexões em escala global, influenciadas principalmente pelos sistemas de comunicação. Este processo é baseado nas transformações tecnológicas, porém, como acrescenta Castells (2005), não é a tecnologia que molda a sociedade, mas sim a sociedade que molda a tecnologia, conforme suas demandas.

Para o sociólogo Boaventura de Souza Santos (2002, p.1), o processo de globalização é um “fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo”. Desta forma, os processos que ocorrem no mundo globalizado, assim como os movimentos sociais, também apresentam características multifacetadas.

A globalização, através dos sistemas de comunicação, transcende fronteiras e interliga todo o planeta, formando assim uma sociedade em rede. Castells (2005) denomina sociedade em rede como:

Uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microelectrónica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes (CASTELLS, 2005, p.20).

Um dos pilares da sociedade em rede é a comunicação, e ela está passando de um sistema de massamedia para o multimedia, com redes de comunicação horizontais de independentes. A comunicação torna-se um espaço público de construção de sentido, de grande importância na formação de uma opinião pública e mobilização social.

Os movimentos sociais da contemporaneidade são parte integrante da sociedade em rede, por isso é impossível analisá-los sem levar em conta os processos de globalização. Estes movimentos são contraditórios e difusos, não podem ser resumidos apenas a questões político-econômicas ou de luta de classes. Gohn (2011, p. 339) afirma que os novos movimentos sociais, são “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas”.

Nas Jornadas de Junho no Brasil, além de uma multiplicidade de pautas característica dos movimentos sociais contemporâneos, o que foi visto desde que iniciaram as manifestações no país, foi uma grande divergência entre o que circulava nas novas mídias e nas notícias da mídia tradicional. A população nas ruas, com seus smartphones, câmeras e filmadoras, retratava os protestos com sua visão, que era bem diferente da apresentada pela televisão ou pelos grandes portais de notícias. Desde o número de pessoas nas ruas, passando pela ação da polícia, até os termos utilizados para descrever os manifestantes mostraram uma inegável parcialidade da mídia tradicional.

Considerando estas divergências da mídia acerca das manifestações e sua importância na sociedade, principalmente na mobilização social e formação de opinião pública, o tópico seguinte abordará com mais detalhes o papel da comunicação nas manifestações de 2013.

Comunicação de massa, novas mídias e as manifestações de 2013

Os estudos tradicionais sobre comunicação conceituam comunicação de massa como um processo industrializado de produção e distribuição de mensagens, por meio de veículos mecânicos, ao vasto público da massa social, com o objetivo de informá-la, educá-la, entretê-la ou persuadi-la (BELTRÃO E QUIRINO, 1986).

Neste sentido, Adorno (1978), afirma que na sociedade industrial os meios de comunicação de massa têm a função de distribuir e reproduzir a ideologia da classe dominante, ou seja, funcionam como um veículo de dominação. Na perspectiva do autor, é difícil conceber a mídia como veículo de transformação ou desenvolvimento social.

Nos estudos tradicionais sobre comunicação de massa, o processo de comunicação é concebido como um fluxo unidirecional, onde o emissor formula a mensagem, a propaga através de instrumentos ou aparelhos técnicos de forma pública, indireta e unilateralmente, e o receptor (audiência) a recebe. Neste sentido, quem possui hegemonia sobre os instrumentos ou aparelhos técnicos para difusão das mensagens alcança um controle ideológico, através do monopólio de poder. (BORDENAVE, 1997).

Adorno (1978) complementa que, através destas medidas de controle, os detentores do poder na indústria cultural são capazes de reorientar as massas e impor-lhes formas de comportamento, conforme a ideologia dominante. E mesmo que as mensagens propagadas por estas organizações possam ser ‘inofensivas’, o comportamento transmitido por elas não é nada inofensivo. Pois este comportamento impede que o indivíduo possua a autonomia e a capacidade de julgar e decidir conscientemente.

Através destas medidas de controle, os detentores do poder na indústria cultural são capazes de reorientar as massas e impor-lhes formas de comportamento, conforme a ideologia dominante. (ADORNO, 1978).

No caso do Brasil o controle ideológico se firmou no período da ditadura militar, onde Estado, burguesia nacional e investidores estrangeiros se encarregaram de formular uma nova política das comunicações, com foco no rádio, televisão e imprensa.

Exemplo disso é o caso da Rede Globo, consolidada em 1960, com o apoio em surdina do governo militar. Antes do Golpe, a Globo contava com um jornal, uma editora de revistas, uma estação de rádio e um canal de televisão, ainda em processo de instalação. Vinte anos depois, Globo controlava a primeira rede de televisão, com 45 afiliadas, era líder em imprensa feminina, possuía editora de livros, empresa de discos e videoclips, 17 estações de rádio e controlava 83% da propaganda brasileira (CAPPARELLI, 1989).

Mesmo que as mensagens propagadas por estas organizações possam ser ‘inofensivas’, o comportamento transmitido por elas não é nada inofensivo. Pois este comportamento impede que o indivíduo possua a autonomia e a capacidade de julgar e decidir conscientemente. (ADORNO, 1978).

No caso da televisão, por exemplo, estas mensagens nada mais são do que espetáculos, e o espetáculo é a manifestação plena de um sistema ideológico. O espetáculo, ao se confundir com a realidade social, pode talhar o real conforme o modelo ideológico. (DEBORD, 1997).

Apesar das grandes empresas, como a Rede Globo, ainda serem hegemônicas na comunicação brasileira, com o advento dos meios digitais o acesso à informação e as formas de se fazer comunicação, tem mudado radicalmente e os conceitos tradicionais sobre a comunicação de massa que concebem o processo de comunicação como um circuito linear – emissor, mensagem e receptor, onde a recepção passiva e ocorre ao final do processo, mostram-se limitados e têm recebido muitas críticas por diversos teóricos, principalmente os ligados aos estudos culturais, apontando a necessidade de um novo paradigma.

Conforme Hall, o novo paradigma da comunicação passa, primeiramente, por considerar as diferentes formas de recepção das mensagens da mídia pela audiência e por romper com algumas ideias limitadoras do modelo tradicional. Seriam elas, a ideia de dominação através dos meios de comunicação de massa, nos termos de estímulo-resposta; a ideia de que os textos da mídia são suportes transparentes do significado, não considerando as entrelinhas; a ideia de uma audiência passiva e homogênea e, a ideia monolítica de cultura de massa (SILVA, 2000).

No cenário atual da comunicação, surge a ideia de cultura da convergência e esta convergência envolve uma transformação tanto no modo de produzir, como no de consumir a comunicação e ocorre também quando as pessoas tomam o controle das mídias e passam a utilizá-las para fins não apenas de entretenimento, exigindo maior participação cultural e política. Neste novo contexto há um contraste com as noções mais antigas de passividade dos espectadores dos meios de comunicação. Ao invés de se pensar os produtores e os consumidores de mídia como pertencentes a lados opostos, pode-se agora considerá-los como participantes que interagem de acordo com um novo paradigma. (JENKINS, 2009).

Castells (2013) afirma que atualmente a sociedade vive um período de transição da comunicação analógica para a comunicação digital. Na sociedade industrial a comunicação analógica de massa representou a coluna vertebral do sistema e ocorria de forma unilateral. A comunicação digital, por sua vez, é a base da sociedade em rede e caracteriza-se pela pluralidade de criadores de conteúdo e audiências.

Thompson (1998) aponta como a principal diferença entre a comunicação digital e a analógica, o espaço conferido às pessoas. Por meio da internet, milhares de pessoas se conectam e interagem, criando um espaço comum, proporcionado pela conectividade.

Corroborando com a afirmação de Thompson, Recuero (2009) afirma que as redes sociais são compostas pelos ‘atores sociais’, ou seja, as pessoas, e pelas conexões que elas realizam num mesmo espaço, que são as interações e laços e discursos. Essas redes são constituídas dentro e fora do ambiente virtual, transcendendo assim os limites da internet.

A possibilidade de comunicação oportunizada pelos meios digitais criou um espaço para expressão pública que os meios de comunicação tradicionais não possibilitavam. Esta característica também facilitou e tornou mais frequente a adesão da população a movimentos sociais, mesmo que restrita ao discurso na internet. (GARCÊZ, 2013).

Apesar disso, muitas práticas de mobilização possibilitadas pelas redes são criticadas por se restringirem apenas à virtualidade, tais como as curtidas no Facebook, ou os sites avaaz.org e change.org, recebendo o nome de click ou slacktivism (ou, no Brasil, sofativismo). (CAMMAERTS, apud MOROZOV, 2014).

Porém, o que foi visto nas manifestações de junho de 2013 no Brasil, foi uma mobilização social que partiu das redes e invadiu as ruas de todo o país, contrariando as críticas de muitos ao ativismo de redes. Como afirma Marilena Chauí (2013) em entrevista à revista *o que diferenciou as manifestações de 2013, não foi a causa, o descontentamento popular, já que este ocorria há bastante tempo, mas sim “o fato de que pela primeira vez, em lugar de tocar o bumbo, tocar corneta, os meninos usaram o Twitter, as Redes Sociais, eles usaram essa forma imediata e amplíssima de convocação”*.

A partir das manifestações de junho, surgiu um novo cenário na mídia brasileira. Com a emergência do ativismo nas redes, e nas ruas, viu-se a necessidade de uma comunicação independente e colaborativa, produzida nas ruas, com a voz da população, como já acontecera em manifestações no Egito, Europa e Estados Unidos. Diferentemente da imprensa tradicional, a cobertura colaborativa e produzida de forma descentralizada. Ela não busca dar uma visão panorâmica dos fatos, mas sim uma visão instantânea, testemunhal e espontânea:

A Mídia Ninja fez emergir e deu visibilidade ao “pós-telespectador” de uma “pós-TV” nas redes, com manifestantes virtuais que participam ativamente dos

protestos/emissões discutindo, criticando, estimulando, observando e intervindo ativamente nas transmissões em tempo real e se tornando uma referência por potencializar a emergência de “ninjas” e midialivristas em todo o Brasil (MALINI E ANTOUN, 2013, p.15).

Apesar do midialivrisimo no Brasil ter obtido um destaque maior nos últimos anos, o ativismo midiático tem origens na década de 80 a partir de grupos hackers e de contracultura. O midialivrisimo de massa engloba experiências de movimentos sociais produtores de mídias comunitárias, principalmente através do rádio, contrapondo-se à comunicação das grandes organizações. Já o midialivrisimociberativista utiliza-se das tecnologias digitais para produzir uma comunicação colaborativa, que tem como principal função a produção livre de conteúdo, sem intermediários e hierarquias. (MALINI E ANTOUN, 2013).

A cobertura midiática tradicional, principalmente das grandes organizações como a Rede Globo, abordou as manifestações de uma forma bem tendenciosa, passando informações que divergiam dos fatos ocorridos e testemunhados pela população. Desde o número de pessoas nas ruas, passando pela ação da polícia, até os termos utilizados para descrever os manifestantes revelavam uma inegável parcialidade da mídia, a qual pôde ser vista, já no início dos protestos, no discurso do comentarista da Rede Globo, Arnaldo Jabor, no Jornal Nacional do dia 13 de junho:

Mas afinal, o que provoca um ódio tão violento contra a cidade? Só vimos isso quando a organização criminosa de São Paulo queimou dezenas de ônibus. Não pode ser por causa de vinte centavos. A grande maioria dos manifestantes são filhos de classe média. Ali não havia pobres que precisassem dos R\$ 0,20. Isso é visível. Os mais pobres ali eram os policiais apedrejados, ameaçados com coquetéis molotov, que ganham muito mal. No fundo tudo é uma imensa ignorância política. É burrice, misturada a um rancor sem rumo. Há talvez a influência da luta na Turquia, justa e importante, contra o islamismo fanático. Mas aqui, se vingam de quê? Justamente a causa deve ser a ausência de causas. Nisso, ninguém sabe mais por que lutar, em um país paralisado pela disputa eleitoral para daqui a um ano e meio. O governo diz que está tudo bem, apesar dos graves perigos no horizonte, como inflação, fuga de capitais, juros e dólar em alta. Por que não lutam contra o projeto de emenda constitucional 37, a PEC 37, por exemplo, que será votada no dia 26 no Congresso, para impedir o Ministério Público de investigar. Talvez eles nem saibam o que é a PEC 37. Além da impunidade eterna, esses caras vivem no passado de uma ilusão, eles são a caricatura violenta, da caricatura de um socialismo dos anos 50, que a velha esquerda ainda defende aqui. Realmente, esses revoltosos de classe média, não valem nem vinte centavos (Jornal Nacional, 13/06/2013).

O mesmo posicionamento pode ser visto na capa do jornal Folha de São Paulo, do dia 13 de junho, que apresentava a seguinte chamada: “Governo de SP diz que será mais duro contra o vandalismo” (Folha de São Paulo, 13/06/2013).

Desta forma, o público ao buscar informação, passou a recorrer cada vez mais às novas mídias, por sua característica de instantaneidade e imparcialidade ao noticiar as manifestações:

À medida que a Internet se torna na mais importante fonte de informação das várias populações dos vários países do mundo, é essencial avaliar o nível de credibilidade atribuído pelos utilizadores à informação encontrada. A Internet continuará a crescer como fonte de informação, se os utilizadores continuarem a acreditar na informação que lá encontram. Em muitos países o papel credível ocupado pela imprensa escrita, foi derrubado pela televisão. A razão por detrás desta mudança, reside no pensamento de que ‘ver é acreditar’. Muitos críticos argumentam, que os espectadores seriam mais cépticos relativamente à informação que recebem da televisão, caso tivessem conhecimento dos processos associados à edição (CASTELLS E CARDOSO, 2005, p. 328).

As mudanças no hábito de consumo de informação por parte da população, geram nos meios de comunicação de massa a necessidade de uma adaptação na construção de seu discurso. Para Foucault (2013) o discurso é um espaço que saber e poder se articulam. O autor, entendido como princípio do agrupamento do discurso, fala baseado em um direito que lhe é conferido. Portanto, a mídia de massa necessita se adaptar conforme as demandas sociais para não perder seu direito de discurso.

Rapidamente, percebe-se esta mudança. No dia 14 de junho, após uma jornalista da Folha de São Paulo ser atingida por um tiro de bala de borracha, disparado pela polícia quando ela cobria as manifestações. Neste dia a chamada do jornal já apresentava um discurso diferente: “Polícia reage com violência a protesto e SP vive noite de caos”.(Folha de São Paulo, 14/06/2013).

No dia 17 de junho, Arnaldo Jabor reforça esta mudança, com sua autocrítica, na Rede CBN de rádios, a respeito de seu discurso do dia 13 no Jornal Nacional.

Amigos ouvintes, outro dia eu errei. Sim. Errei na avaliação no primeiro dia das manifestações contra o aumento das passagens em São Paulo. Falei na TV sobre o que me parecia um bando de irresponsáveis fazendo provocações por causa de 0,20 centavos. Era muito mais que isso. Pois eu fiz um erro de avaliação. E esta é minha auto-crítica. Este movimento, o passe livre, quando começou tinha toda a cara de anarquismo inútil, critiquei-o porque temia que toda a energia fosse gasta em bobagens, quando há graves problemas no Brasil. Mas desde quinta-feira, com a violência policial, ficou claro que há uma inquietação tardia, que tardara muito no país, pois desde 92 faltava o retorno de algo como os caras pintadas, os jovens que derrubaram um presidente. hoje eu acho que o movimento passe livre expandiu-se como uma força política original, até mais rica do que os caras pintadas, justamente porque não tem um rumo, um objetivo certo, a priori[...] (REDE CBN, 17/06/2013).

Observando o que tem ocorrido na mídia no país, a partir de junho, é possível perceber uma constante articulação, tanto por parte das mídias alternativas, para democratizar a comunicação e legitimar seu discurso, quanto das mídias tradicionais, para atualizar-se conforme as demandas do público e não perder a hegemonia.

Ao filmar e compartilhar imagens sobre as manifestações a Mídia Ninja passou a pautar a mídia tradicional e os telejornais, esta é uma característica apontada por Jenkins (2009) na obra *Cultura da Convergência*, onde afirma que atualmente as mídias tradicionais têm se tornado mais interativas e mais rápidas, não por opção, mas como uma forma de se adaptar às demandas da audiência estimuladas, em grande parte, pelas redes sociais e novas mídias.

É possível citar como exemplo de iniciativa de busca dos grandes portais por um jornalismo mais ‘participativo’ o caso do Yo, Periodista (El País) do Eu Repórter (O Globo) e do I Report (CNN). Este cenário apresenta, inicialmente, aspectos positivos e negativos às grandes corporações, positivos porque incorporando o cidadão na produção de notícias, aumenta-se o diálogo com a audiência e torna-se o jornal mais elástico e agregador. Negativos porque permitindo uma pluralidade de vozes, diminui-se o poder do jornal como formador de opinião.(MAILINI E AUNTOUN, 2013). Porém, este segundo aspecto também pode ser pensado como positivo, primeiramente, porque mesmo os setores participativos dos portais contam com uma edição e que postagens em desacordo com as políticas de publicação do portal podem ser descartadas e em segundo lugar que, ao dar espaços às ‘múltiplas vozes’ o portal, nada mais está fazendo do que legitimizar sua imagem perante o público como uma ‘fonte imparcial’ de notícias, colaborando assim para que seu discurso preferencial seja recebido hegemonicamente.

A convergência da mídia é um processo capaz de alterar a relação entre a tecnologia, o mercado e os receptores. É uma transformação que impacta, tanto no modo de produção, quanto no modo de consumo dos meios de comunicação. Esta transformação ocorre na mente dos consumidores e em suas interações com outros indivíduos e não por meio de aparelhos, por mais avançados tecnologicamente que sejam. (JENKINS, 2006).

Considerações Finais

As manifestações ocorridas no Brasil, iniciadas em junho de 2013, foram marcadas pelo advento da comunicação alternativa, das chamadas ‘novas mídias’ que, muitas vezes, entraram em confronto com as notícias propagadas pela mídia hegemônica.

Observando este cenário, é possível perceber uma constante articulação, tanto por parte das mídias alternativas, para democratizar a comunicação e legitimar seu discurso, quanto das mídias tradicionais, para atualizar-se e transformar-se conforme as demandas sociais para não perder a hegemonia.

Apesar de existirem divergências no discurso produzido acerca das manifestações de junho no Brasil, uma não tem como objetivo excluir a outra. Elas agem e interagem na sociedade, transformando-se e adaptando-se mutuamente.

Não cabe aqui afirmar que as novas mídias tomarão o lugar das mídias tradicionais, apesar da sociedade estar em um período de transição e de que muitos teóricos considerem indústria cultural e a comunicação de massa como ‘ultrapassada’, as grandes corporações midiáticas, para garantir seu espaço no mercado se adaptam de acordo com as necessidades atuais. Além disso, a credibilidade da população em relação às mídias alternativas, está relacionada a sua espontaneidade, independência e proximidade com o público, o que se perderia caso houvesse uma inversão de papéis. O que pode se afirmar é que a sociedade encontra-se em um contínuo processo de convergência, onde todos nós – espectadores, divulgadores alternativos e tradicionais – nos adaptamos constantemente, a nós e aos outros, na tentativa de superar os modelos passivos da comunicação de massas, para uma outra forma de comunicação mais participativa e inclusiva, ou para preservar a hegemonia e manter a própria ideologia como a dominante.

Referências:

ADORNO, Theodor W. A indústria cultural. in COHN, Gabriel (org.). Comunicação e Indústria Cultural. 4ª edição, São Paulo: Companhia Nacional, 1978.

BELTRÃO, Luiz; QUIRINO, Newton de Oliveira Subsídios para uma teoria da comunicação de massa. São Paulo: Summus, 1986.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. O que é comunicação. São Paulo: Brasiliense, 1997.

CAMMAERTS, Bart. Lógicas de protesto e a estrutura de oportunidade de mediação. Revista Matrizes, Vol. 7, 2ªED., USP-ECA, 2013.

Revista Ensaios, Vol.8, janeiro – junho de 2015. ISSN 2175-0564

Disponível em: < <http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/477>>.

Acesso em: 10 fev. 2014.

CAPPARELLI, Sérgio. Ditaduras e indústrias culturais: no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1989.

CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet. Jorge Zahar Editor Ltda, 2013.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. In CASTELLS, Manuel e CARDOSO, Gustavo. A Sociedade em Rede: Do Conhecimento à Acção Política. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Orgs.). A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política; Conferência. Belém (Por): Imprensa Nacional, 2005.

Disponível em: < <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/sociedade-em-rede-do-conhecimento-%C3%A0-ac%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica>>. Acesso em: 05 fev. 2014.

CHAUÍ, Marilena. Entrevista à revista Cult, 2013.

Disponível em < <http://revistacult.uol.com.br/home/2013/08/pela-responsabilidade-intelectual-e-politica/>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro Contraponto, 1997.

FOLHA DE SÃO PAULO 13/06/2013. Disponível em: <http://www.netpapers.com/capa-do-jornal/folha-de-sao-paulo/13-06-2013>. Acesso em 30 out 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO 14/06/2013. Disponível em: <http://www.netpapers.com/capa-do-jornal/folha-de-sao-paulo/14-06-2013>. Acesso em 30 out

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo, Edição Loyola, 2013.

GARCÊZ, Regiane Lucas. A representação política dos oprimidos nas redes sociais online: quem fala em nome de quem e com qual legitimidade? Contemporânea - Revista de comunicação e cultura, vol. 11, nº 2 (2013).

Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/viewArticle/6470>> Acesso em: 10 fev. 2014.

GIDDENS, Anthony. O mundo na era da globalização Lisboa: Presença, 2000.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. 2. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

JENKINS, Henry. Cultura da convergência. São Paulo, Editora Aleph, 2009.

JORNAL NACIONAL. Edição 13/06/2013. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=luLzhtSYWC4>. Acesso em 30 out 2013.

LEVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo, 1999.

Revista Ensaios, Vol.8, janeiro – junho de 2015. ISSN 2175-0564

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

MÍDIA NINJA. Repressão policial manifestação SP 12/06/2013. Disponível em https://www.facebook.com/midiaNINJA/photos_stream. Acesso em 30 out 2013.

RECUERO, Raquel. Redes Sociais na Internet. Porto Alegre: Sulina, 2009.

REDE CBN. Edição 17/06/2013. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=I15sc85hO-g>. Acesso em 30 out 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza. Globalização: Fatalidade ou Utopia? A Sociedade portuguesa perante os desafios da globalização Vol 1. Edições Afrontamento, 2002. Disponível em <<http://www.eurozine.com/articles/2002-08-22-santos-pt.html>> Acesso em 15 Jul 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). O que é, afinal, Estudos Culturais? 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

THOMPSON, John Brookshire. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. Editora Vozes, 1998.

2013.